

Precarização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva brasileira

ELAINE CARVALHO DE LIMA*

CALISTO ROCHA DE OLIVEIRA NETO**

Resumo: O período que compreende a transição entre os séculos XX e XXI é marcado por profundas mudanças socioeconômicas que afetaram de forma significativa a estrutura econômica do Brasil. Muitos desafios foram postos pelas rápidas modificações da atividade produtiva. Particularmente, é notório que a mudança técnica afeta significativamente os setores econômicos, alterando as estruturas ocupacionais e o emprego. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar o processo de precarização do trabalho verificado nas últimas décadas no cenário brasileiro e mundial. A discussão examina o processo de precarização do trabalho como uma das formas de manifestação da questão social em um ambiente marcado pela reestruturação produtiva e novas exigências do capitalismo.

Palavras-chaves: Industrialização; Acumulação flexível; Capitalismo.

Abstract: The period that includes the transition between the twentieth and twenty-first centuries is marked by profound socio-economic changes that have affected significantly the economic structure in Brazil. Many challenges were posed by rapid changes in productive activity. In particular, it is clear that technical change significantly affects the economic sectors by changing occupational structures and employment. In this sense, the objective of this article is to analyze the precariousness process of the job observed in recent decades in a more categorical way. The discussion examines the precariousness process of the job as one of the manifestations of social issues in an environment marked by productive restructuring and new demands of capitalism.

Key words: Industrialization; Flexible accumulation; Capitalism.



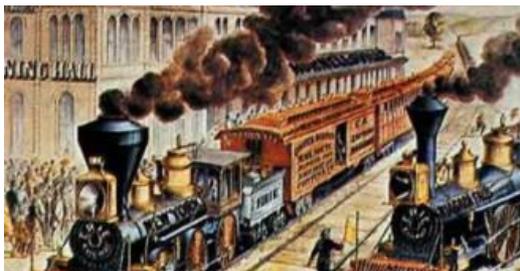
* **ELAINE CARVALHO DE LIMA** é doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



** **CALISTO ROCHA DE OLIVEIRA NETO** é Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); graduando em Ciências Contábeis pela UFRN.

1. Introdução

Uma discussão bastante pertinente no cenário da economia brasileira é a problemática das



disparidades socioeconômicas. Tais disparidades são resultantes das diferentes etapas de formação da economia nacional que consolidaram uma estrutura bastante heterogênea, no que tange, particularmente, aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Desta forma, pensar no desenvolvimento econômico está atrelado a atenuação dos desafios que foram historicamente construídos.

O universo do trabalho no capitalismo contemporâneo produz múltiplas especificidades quanto às condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Nessa acepção, as relações trabalhistas ganham novos contornos com uma intensa heterogeneidade do trabalho e conduzido também por novas formas de degradação das ocupações no trabalho.

Oliveira (2012) destaca que a política econômica deve compatibilizar a garantia da estabilidade monetária, o equilíbrio das contas externas e a promoção do crescimento de forma sustentável na economia, com uma melhor distribuição de renda. Entretanto, harmonizar esses objetivos é um grande desafio, pois perpassa por influência de vários fatores, que muitas vezes esgueira-se do controle do governo.

As transformações ocorridas no final dos anos 1980, a partir da experiência da reestruturação produtiva no Brasil, levanta uma série de discussões acerca das consequências advindas desse processo para a economia nacional. A abertura econômica acarretou na reestruturação produtiva do país o que

resultou, entre outros fatores, na realocação das empresas no ambiente nacional e transformações no âmbito do trabalho. Por conseguinte, esse novo padrão teve sua

performance sujeita ao novo ambiente econômico que se consolidara.

Esse processo traz consigo uma sucessão de desafios para a inserção do país em um ambiente globalizado. Além disso, destaca-se que essas mudanças refletem de modo direto nas estruturais ocupacionais e no emprego, o que pode intensificar as disparidades históricas já existentes no Brasil.

O período pós-abertura comercial no país gerou muitas modificações na estrutura econômica. Em linhas gerais, se intensificou o processo de reestruturação produtiva que, entre outras consequências, reproduziu fortes impactos na produtividade física e no nível de emprego. Ademais, o ambiente marcado pela ausência da União no incentivo à infraestrutura para o desenvolvimento do capital, ou mesmo na concessão de subsídios e incentivos, acarretou em uma guerra fiscal entre os estados, na tentativa de atração desse capital que passava por uma reestruturação na busca de novos espaços através dos novos investimentos e realocação produtiva.

Nesse contexto, a precarização do trabalho expressa-se, fundamentalmente, pela desregulamentação do mercado, provocada pela crise do fordismo e a transição para um modelo de acumulação flexível, bem como no desemprego estrutural¹ (MÉSZÁROS, 2002). As

¹ O desemprego estrutural decorre da desarmonia do sistema econômica em utilizar plenamente a força de trabalho disponível no mercado. Dessa forma, para Mézáros (2002, p. 152): “(...)

novas (e precárias) formas de contratação da mão de obra associadas a esse processo alteraram profundamente a configuração do trabalho no Brasil e no mundo.

Dessa maneira, o processo produtivo brasileiro se tornou cada vez mais descentralizado (terceirização e realocização industrial), com uma tendência ao “trabalho flexível”, ou seja, trabalhadores com menor vínculo empregatício com a empresa. Com o novo complexo de reestruturação produtiva, o trabalhador se tornou cada vez mais individualizado: (...) nas condições de estranhamento social, o que se dissemina é o espírito do individualismo e a fragmentação social como lastro ideológico do controle sócio-metabólico do capital (ALVES, 2007, p. 138).

Em suma, a política neoliberal de abertura econômica, desregulamentação e privatização potencializa ainda mais os efeitos perversos da 3ª Revolução Industrial, por meio, da informatização, concentração e centralização do capital, automação, entre outros. Coadunando um quadro socioeconômico bastante heterogêneo, com sinais de fragmentação do mundo do trabalho (POCHMANN, 1998).

constitui um fenômeno histórico inédito e característico da atual fase do sistema do capital. O sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de reprodução social (do próprio processo de trabalho). Um sistema de reprodução não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Esta não é uma projeção para o futuro, mesmo que nos referíssemos apenas aos países capitalistas mais avançados. Ela é a gritante realidade mundial e o rumo, negativo e do qual não se escapa, do avanço do capitalismo”

A crise financeira, econômica e social global ao longo dos últimos anos, intensificou estes problemas. Em vez de delinear possíveis lições da crise e alteração do modelo econômico, os governos aceitaram as condições regidas pelos mercados financeiros. Entre outras consequências, os direitos trabalhistas tornaram-se mais enfraquecidos, os salários foram reduzidos, e milhões de trabalhadores foram conduzidos para formas precárias, temporárias e inseguras de emprego.

Desta forma, a problemática que perpassa a discussão do presente estudo constrói-se a partir da análise do processo de precarização do trabalho verificado nas últimas décadas de uma forma mais intensa.

Além dessa seção introdutória, o trabalho está organizado em mais 3 seções. A seção 2 examinará o processo de reestruturação produtiva. A seção 3 pretende-se avançar na discussão da precarização do trabalho. A seção posterior busca fazer uma breve análise das consequências da precarização no mundo do trabalho. Por fim, as considerações finais do trabalho.

2. O contexto da reestruturação produtiva

Historicamente, a luta de classes no século XX permitiu uma nova forma de Estado que assegurou alguns direitos sociais e políticos ao mundo do trabalho. Esse Estado social surge no período de ascensão do capitalismo no século XX, possibilitando que a luta de classes oportunizasse as reivindicações quanto a esfera do trabalho. A exemplo das leis trabalhistas, do *welfare state* e previdência social.

O esgotamento do paradigma fordista-taylorista, entre os anos de 1970 e 1980 foi marcado por um período de reestruturação econômica e

reajustamento social e político. Nesse sentido, o aceleração da informatização veio a fortalecer os investimentos sob a forma de capital financeiro e o abandono por partes dos Estados das políticas econômicas e intervencionistas influenciadas por Keynes.

Novos sistemas financeiros asseguram maior autonomia ao sistema bancário e financeiro mundial. A reestruturação produtiva trouxe uma nova maneira de classificar as organizações. Além dos ganhos de produtividade buscados pelas empresas e a desvalorização da força de trabalho, o capital possui algumas estratégias, entre estas, a subcontratação e terceirização. Além do mais, o fim da contratação direta reduz os encargos trabalhistas, o que pode gerar uma configuração de precarização do trabalho, ao tornar menos oneroso a contratação ou demissão de funcionários.

No caso brasileiro, observou-se que o cenário de reestruturação produtiva, verificado nos anos 1980 e que se acentuou na década posterior, evidenciou o *toyotismo* como forma de organização da produção que se manifesta por um novo regime de acumulação de capital. Tais modificações técnico-organizacionais influenciam o modo de ser dos trabalhadores, cooperando para a precarização do trabalho, no esmorecimento da luta de classes e, por fim, na conflagração da crise do sindicalismo. Assim, no contexto amplo do sistema capitalista observou-se que:

No plano da objetividade social, o sócio-metabolismo da barbárie é instaurado pela posição do desemprego de massa, a precarização do trabalho e as novas formas de precariedade como nova dinâmica estrutural do mercado de trabalho que coloca obstáculos à organização sindical e política do proletariado. Esta fragmentação de classe exigira

novas experiências de associativas e culturais de classe capazes de constituir a consciência de classe necessária. (ALVES, 2007, p.177).

Com relação ao Brasil, em 1994 houve a implementação do Plano Real, além dos ajustes econômicos ocorridos houve um estímulo para a automação dos principais polos industriais do país. Para além disto, houve uma flexibilização das leis trabalhistas e o processo de terceirização e subcontratação, constituiu um novo arcabouço da organização do trabalho. Pochmann e Borges (2002) mostraram que a década de 1990 amargou elevados índices de desemprego atingindo 13% no ano de 2000, além da diminuição da atuação sindical e repulsão aos movimentos sociais.

Nesse contexto, o Plano Real foi um produto econômico, político e ideológico da combinação de fatores que circunscreveram o modo de produção capitalista no último quartel do século XX, entre estes fatores temos a predominância das políticas neoliberais, o alastramento da reestruturação produtiva e a legitimação do capitalismo como o sistema de produção mundial (FILGUEIRAS, 2000).

É importante destacar que o Plano Real se estabeleceu mediante um conjunto de medidas que atendiam ao grande capital nacional e internacional, além de favorecer atividades especulativas. Entre tais medidas, destaca-se altas taxas de juros, metas de inflação e superávit primário, que restringiram o crescimento econômico do país e teve impactos consideráveis sobre o mercado de trabalho com o aumento do desemprego e do trabalho informal (POCHMANN; BORGES, 2002; CHAHAD, 2003).

A década de 1990 se inicia com o processo de reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor, que tinha como pilares a

liberalização comercial, produtiva e financeira e as consequentes alterações no papel do Estado na economia. Tal processo foi solidificado pelo governo Fernando Henrique Cardoso durante a década de 1990. Na virada para a década de 2000, a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002, representava a possibilidade de mudar o cenário de política neoliberal. Contudo, o governo Lula deu continuidade às políticas econômicas implementadas no Brasil, que seguiu a mesma linha no governo Dilma (FILGUEIRAS, 2000). Assim:

[..] a abertura comercial indiscriminada, a ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação industrial, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, a sobrevalorização cambial e os elevados juros, provocaram mudanças na estrutura produtiva nacional e um encolhimento na geração de oportunidades ocupacionais (MATTOSO e BALTAR, 1996 apud FILGUEIRAS, 2000, p.171).

As transformações no processo produtivo introduzidas pela reestruturação produtiva, que implementaram novas tecnologias, realocação geográfica das empresas e o processo de terceirização, refletiram na transformação das relações trabalhistas e numa fragmentação da classe operária. Reestruturação produtiva, aqui entendida como novo modelo produtivo e que reflete na flexibilização do trabalho, ou seja, na crise fordista/taylorista de produção.

Além do mais, Alves (2007) reafirma que esse processo foi marcado por perda sindical que foi decorrente da inversão de valores, onde os sindicatos deixaram de ser um lugar de reivindicações políticas contra o modelo de acumulação capitalista, para se adaptar as novas

exigências do capital e de suas estratégias.

Dito isso, a precariedade se manifesta de forma diferente no desenvolvimento histórico da burguesia. A precarização e precariedade surgem com o “trabalho livre” (trabalho assalariado). O século XX demonstrava o capitalismo como tendo a capacidade de humanizar o trabalho ou constituir uma vida social por meio do consumo em massa.

3. Breve discussão sobre a precarização do trabalho

Num contexto de neoliberalismo como doutrina político-econômica, a privatização e liberalização do mercado passam a ser o mantra do movimento neoliberal, sendo transformado em objetivo das políticas de Estado (HARVEY, 2005).

Pochmann (1998) apresenta o contexto dos anos 1970 como marcado pelo aprofundamento da crise econômica, caracterizado pela fragilidade do sistema monetário internacional e esgotamento do padrão de industrialização norteamericano. Em linhas gerais, os resultados foram a perda na capacidade de dinamismo da economia mundial.

Nesse contexto, emerge o receituário neoliberal e seus efeitos sociais nefastos. O emprego de políticas neoliberais acentua o papel do caráter financeiro sobre o produtivo na acumulação capitalista. Concomitantemente, a desregulamentação das economias e flexibilização no mercado de trabalho tendem a obstaculizar maiores níveis de investimento para alguns países, aumenta a heterogeneidade social, a precarização das condições de trabalho e uma tendência a elevadas taxas de desemprego (POCHMANN, 1998). Assim:

Por consequência, a instabilidade no mundo do trabalho, a precarização

das condições e relações de trabalho e a permanência de elevadas taxas de desemprego devem ser referidas ao movimento do capitalismo contemporâneo neste final de século, que ocorre desprovido de uma coordenação favorável à produção e ao emprego para todos entre os principais países avançados (POCHMANN, 1998, p. 47).

O processo de precarização emerge de uma crise estrutural do capital e de grandes mudanças no mundo do trabalho. Atingindo os países capitalistas centrais e periféricos, nestes o trabalho (precarização) vai ter dimensões complexas, envolvendo dimensões da própria história (formação colonial), como também dimensões histórico-sociais relacionadas a nova ordem de mundialização do capital.

Alves (2007) faz uma distinção entre os conceitos de precariedade e precarização. Por um lado, o primeiro trata-se de uma “condição sócio estrutural, que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social” (ALVES, 2007, p. 113). Assim, uma vez que a força de trabalho se estabelece como mercadoria, o trabalho traz consigo o estigma da precariedade social. Por outro lado, a ideia de precarização está relacionada a

“um modo de reposição sócio histórica da precariedade. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 114).

O contexto atual do processo de precarização do trabalho possui uma natureza recente, apesar de alguns

autores afirmarem que sempre existiu trabalho precário na sociedade capitalista. No entanto, diante das mudanças recentes que também modificam a precariedade, a precarização se institucionaliza em todas as regiões do mundo, tanto em países desenvolvidos, como em países em desenvolvimento (FRANCO; DRUCK, 2009).

A precarização possui uma essência complexa, desigual e pactuada, que afeta o mercado de trabalho, até mesmo nos setores mais organizados. No caso brasileiro, a experiência de precarização é decorrente da insegurança social que desponta num contexto histórico específico, a hegemonia neoliberal.

Assim, a precarização do trabalho, o trabalho informal e os diversos tipos de subempregos, ao se enquadrar como atividade econômica e ocupacional no Brasil, traz consigo um processo mais amplo de relação com a reestruturação do sistema capitalista mundial que, conseqüentemente, exige uma redivisão social do trabalho, comandada pelas economias centrais e que se espriam para as demais economias e países do mundo.

4. O lado perverso da precarização do trabalho

A transição do século XX para o século XXI traz consigo várias mudanças no mundo do trabalho, tais transformações só podem ser entendidas a partir de uma perspectiva histórico-dialética. Nesse sentido, não há a possibilidade de conclusões definitivas sobre rupturas ou novas formas de trabalho, porque do lado dessas novas mudanças, há velhas formas e modalidades que se reproduzem num claro processo de metamorfose social (DRUCK, 2011).

A categoria trabalho alcançou uma configuração hegemônica caracterizada pela mundialização do capital, projeto

político fundamentado no neoliberalismo e pela reestruturação do trabalho. A nova fase que define o capitalismo contemporâneo é conhecida como acumulação flexível caracterizada pela mudança tecnológica constante, dispersão espacial em busca de vantagens de localização, flexibilização trabalhista, dos processos e produtos (HARVEY, 1992). De modo que, o capitalismo do século XIX não é o mesmo do século XX e difere do século XXI.

A acumulação flexível emerge como forma de superar o antigo padrão de desenvolvimento capitalista marcado pelo fordismo. A crise do sistema fordista foi marcada pela saturação da produtividade e lucratividade. A acumulação flexível atendia aos novos interesses do capital.

Nesse sentido, a mesma lógica que incentiva as inovações tecnológicas dos novos produtos financeiros, também abarca o mercado de trabalho, “transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, que devem ser ‘superados’ e substituídos por outros ‘novos’ e ‘modernos’, isto é, flexíveis” (DRUCK, 2011, p. 43).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) criou, em 1999, a Agenda do Trabalho Decente, que relata as deficiências ou grau de precarização do trabalho, a partir de observações de um panorama da década de 1990, particularmente na América Latina, evidenciando que as transformações do trabalho regrediram um quadro de conquistas sociais e trabalhistas. De acordo com a OIT, as consequências decorrentes das reformas e políticas implementadas pelos governos se situavam em aumento do desemprego e informalidade, especialmente, nos países onde ocorreu uma maior flexibilização da legislação e diminuição dos mecanismos

de proteção social, tais como, pensões e aposentadorias (DRUCK, 2011).

Nos anos 1990, com a mundialização das políticas neoliberais, os avanços do capital financeiro e o contexto de flexibilização e precarização do trabalho perduraram nos anos 2000, sem romper esse quadro. Apesar de algumas melhorias, como a redução do desemprego e níveis de pobreza em alguns países da América Latina, não ocorrera como uma tendência consolidada, pois a crise de 2008 solapou alguns avanços conseguidos.

De acordo com Druck (2011), em 2009 a OIT estabeleceu um Pacto Mundial para o emprego, que consiste em um programa de superação de crises, fundamentado em quatro critérios: criação de empregos, aumento da proteção social, respeito aos direitos e às normas internacionais do trabalho e o diálogo social. Estas diretrizes abordam a definição de trabalho decente: “É um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho [...]” (DRUCK, 2011).

Franco e Druck (2009) organizaram uma caracterização da precarização, que podem ser sintetizadas em cinco tipos, como mostrado abaixo:

- 1) Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais: os modos de mercantilização da força de trabalho, passa a existir um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, com formas de contratos precários, sem proteção social, enfim, um alto grau de precarização social. O mercado de trabalho brasileiro, ainda apresenta indicadores muito

distantes dos definidos pelo trabalho decente da OIT. No Brasil, há elevadas taxas de desemprego² e de informalidade, resultando em um baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores, baixos níveis de rendimento³ e alta rotatividade no emprego, entre outros.

2) Intensificação do trabalho e precarização: encontrado nos padrões de gestão e organização do trabalho. A intensificação do trabalho via imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho e combinado por denúncias na Justiça do Trabalho e Ministério Público. A lógica atual da acumulação financeira passa a exigir uma flexibilização do trabalho em todos os níveis. Ex: setores bancários, *call centers*, petroquímico, serviços de saúde, entre outros.

3) Insegurança e saúde no trabalho: resultados dos padrões de gestão, em que há o desrespeito ao necessário treinamento e medidas preventivas, em busca de maior produtividade. Isso resulta numa elevação no número de acidentes e uma contínua adaptação a mudanças e novas exigências de polivalência.

4) Perdas das identidades individual e coletiva: possui

raízes na condição de desempregado e na ameaça de perda de emprego, constituindo-se numa estratégia de dominação no âmbito do trabalho. Caracteriza-se pela perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da “descartabilidade”, da desvalorização e da exclusão, afetando a consciência de classe e gerando um quadro brutal de concorrência entre os trabalhadores.

5) Fragilização da organização dos trabalhadores: dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, em decorrência do aumento da concorrência entre trabalhadores, da grande heterogeneidade e terceirização. A resistência passa a ser dispersa, fragmentada ou adaptada. Consequências da reestruturação produtiva no Brasil e o quadro de limitação da atuação sindical.

Em síntese, as transformações expostas até aqui mostram como a nova ordem econômica manifesta-se e as consequências advindas desse processo, especialmente quanto ao aumento da insegurança no mundo do trabalho e suas diversas dimensões, tais como, insegurança de emprego, seguridade social e previdência e perda de representação política. Nota-se que em um ambiente cada vez mais globalizado, sem barreiras e apresentado por fluxos de capitais que se adaptam e atendem aos interesses da financeirização, resultam em lutas políticas e diversas formas de política imperialista.

² A década de 1990 amargou elevados índices de desemprego atingindo 13% no ano de 2000 (POCHMANN; BORGES, 2002).

³ Entre os anos de 1995 e 2004, houve uma perda relativa da renda do trabalhador se comparado a renda nacional em 9%, ao passo que a renda da propriedade teve crescimento de 12,3% (POCHMANN, 2008).

Conclusões

O esgotamento do fordismo como organização industrial e o abandono por parte dos Estados das políticas econômicas e financeiras intervencionistas influenciadas por Keynes, ampliou a força do capital financeiro diante do enfraquecimento do Estado. Ademais, os novos arranjos da economia mundial que demarcaram um processo de abertura econômica no Brasil também acentuaram uma série de consequências. A partir disso, o mercado de trabalho tornou-se mais desregulamentado, o que trouxe uma série de consequências para o ambiente de trabalho, como insegurança, incerteza e falta de garantias socioeconômicas.

Em síntese, o período pós-abertura comercial provocou várias mudanças na estrutura econômica do país. Acentuou-se o processo de reestruturação produtiva, reproduzindo fortes impactos na produtividade física e no nível de emprego do país. Muitos desafios foram postos pelas rápidas transformações da atividade produtiva. Particularmente, é notório que a mudança técnica afeta significativamente os setores econômicos, alterando as estruturas ocupacionais e o emprego.

No Brasil, o processo de precarização do trabalho é um fenômeno relativamente novo que tornou-se mais evidente nas últimas décadas. Em suma, a constituição de um novo padrão de acumulação flexível vem se caracterizando pela acentuação da precarização do trabalho. Nesse contexto, torna-se essencial a regulação do mercado de trabalho para reduzir o emprego precário, onde há a necessidade de ser incorporado uma forma mais ampla com políticas eficazes, mesmo diante do processo de globalização.

Referências

- ALVES, G. 2007. Precariedade e precarização do trabalho. In: **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina, Praxis; Bauru: Canal 6, 2007, 2ª Edição., p. 111-155. Disponível em: ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20ocio%20Historica%20do%20Br%20202/Dimens_es%20da%20reestrutura_o%20produtiva.PDF. Acesso em 05 de junho de 2016.
- CHAHAD, J. P. Z. (2003) **Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego**, São Paulo em Perspectiva, v.17 n.3-4, São Paulo, julho/dez, pp.205-217.
- DRUCK, G. (2011) **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Salvador: CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/crh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em 04 de junho de 2016.
- FILGUEIRAS, L. (2000) **História do plano real**. São Paulo: Boitempo.
- FRANCO, T; DRUCK, G. (2009) **O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização**. In: SEMINÁRIO FUNDACENTRO. Salvador. (mimeo).
- HARVEY, D. (1992) **Condição pós-moderna**. Trad. SOBRAL, Adail Ubirajara e GONÇALVES, Maria Stela. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2005) **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola.
- MÉSZÁROS, I. (2002) **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo, Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial.
- OLIVEIRA, F. A. (2012) **Política Econômica, Estagnação e Crise Mundial: Brasil, 1980-2010**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.
- POCHMANN, M. (1998) **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto.
- POCHMANN, M.; BERGE, A. (2002) **“Era FHC”: a regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi.

Recebido em 2016-07-29

Publicado em 2017-04-01